**Como a independência do judiciário e a *accountability* judicial afetam a percepção de corrupção na América Latina?**

**Resumo**

**Abstract**

**Introdução**

A corrupção é um problema latente e que permeia grande parte das democracias, assim como seus principais órgãos do poder. O objetivo da pesquisa é verificar se a independência do judiciário e a *accountability* judicial afetam a percepção de corrupção nos países da América Latina. Um Judiciário independente, que atua como controle dos poderes Executivo e Legislativo, pode limitar o poder dos líderes políticos e reduzir oportunidades de corrupção (RÍOS-FIGUEROA, 2006). A *accountability* judicial é um mecanismo institucional relacionado ao comportamento e conduta dos juízes. Nesse sentido, essa variável reflete como os juízes respondem aos casos que são levados a julgamento, principalmente, se eles seguem a letra da lei em suas decisões (VOIGT, 2008).

Tanto a independência do judiciário quanto a *accountability* judicial são medidas que permitem compreender o quão imparcial o Sistema Judiciário é e em qual lugar no espectro se encontra. Congruentes com esse argumento, ambas as dimensões possibilitam estabelecer uma relação com a percepção de corrupção pelas elites nas democracias, fornecendo informações relevantes para os estudos sobre o desenvolvimento das instituições (FEREJOHN, 1999).

Diante da pergunta de pesquisa, são derivadas duas hipóteses: a. quanto mais independente o judiciário, menor será a percepção de corrupção. b. quanto maior o grau de *accountability* judicial, menor será a percepção de corrupção. Para testar as hipóteses, a estratégia empírica utilizada é a análise de regressão de painel com a inclusão do termo quadrático na variável independência judicial, dada sua natureza curvilinear. Além disso, a regressão é controlada por efeitos fixos ao ano e possui a inserção da variável dependente defasada, em razão do efeito dos resultados do ano anterior nas variáveis independentes.

A unidade de análise são os 18 países da América Latina, dentro do recorte temporal entre os anos de 2003 a 2012. Os dados foram assim coletados em razão, principalmente, da disponibilidade de informações sobre a variável independência judicial. Os dados foram coletados através de três plataformas distintas. A variável dependente, percepção da corrupção, é medida e publicada no Transparência Internacional[[1]](#footnote-1), mas foi coletada através da plataforma do V-DEM; a variável independente *accountability* judicial foi coletada através do V-DEM; já a independência judicial foi coletada por meio do banco de dados de Linzer e Staton (2014) no Harvard Dataverse. As variáveis PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Nível de Democracia e Gini foram coletadas na plataforma do *The Quality of Government Institute* (QOG).

Destarte, o trabalho proporciona avanços no âmbito teórico, empírico e social. Primeiro, amplia a abordagem do conceito de independência do judiciário e de accountability judicial, que possui uma lacuna significante tanto na literatura de Ciência Política quanto na de Direito. A forma como os conceitos serão mensurados e testados reforçam o padrão de análises utilizado na Ciência Política de ponta. E, socialmente, o impacto de estudos que apresentem o comportamento dos membros e instituições governamentais favorece a conscientização da opinião pública e maior possibilidade de credibilidade na democracia. A contribuição esperada do trabalho é identificar o quanto as variáveis independentes afetam a variável dependente – percepção de corrupção, através dos dados observacionais dos países.

Através dos testes estatísticos – efeitos fixos, efeitos aleatórios e modelo *pooled* – incluídos no modelo foi possível verificar que a regressão com efeito fixo é a mais adequada para os dados de painel abordados nesse trabalho. Portanto, a regressão que possui este efeito incluindo a variável dependente defasada e a independência judicial como termo quadrático não corroborou as hipóteses derivadas da pergunta de pesquisa. A não comprovação não é negativa nem diminui a relevância deste trabalho, pelo contrário, aponta que novos caminhos devem ser traçados principalmente no âmbito dos métodos utilizados para este tipo de dado e abordagem teórica. Este trabalho está organizado da seguinte forma: no próximo capítulo irei discutir a literatura que aborda as questões teóricas e conceituais que envolvem os temas de independência judicial, *accountability* judicial e corrupção; o segundo capítulo contém os dados, métodos e técnicas utilizadas nos testes de hipótese, além dos níveis de mensuração das variáveis. No terceiro capítulo apresentarei os resultados dos modelos estatísticos e a discussão e implicação de tais resultados. Por fim, abordo as considerações finais destacando uma agenda de pesquisa futura.

1. Informações disponíveis na plataforma: https://transparenciainternacional.org.br/o-que-fazemos/. Acesso em: 12 de outubro de 2019. [↑](#footnote-ref-1)